

**SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos (2015) – *A construção do objeto científico na trajetória histórico- epistemológica da Arquivologia*. São Paulo: Arq-SP, 288p.**

por PAOLA RODRIGUES BITTENCOURT

Doutoranda na Universidade de Coimbra

CEIS 20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

Arquivista do Arquivo Nacional (Brasil)

paolarb@gmail.com

O reconhecimento da Arquivística enquanto ciência está longe de ser unanimidade no cenário arquivístico internacional. Por esta razão, em cada país a área tem assumido configurações distintas, complementares ou similares.

Em razão desta pluralidade de percepções, diferentes reflexões sobre a Arquivística têm sido realizadas nos diversos contextos, seja para discutir a sua cientificidade ou para revisitar, compreender e negar ou reafirmar seus fundamentos, métodos e abordagens.

No início dos anos 2000, Terry Cook (COOK, 2001), ao discutir sobre uma Arquivística pós-moderna, destacou a necessidade de revisitar esses fundamentos, métodos e conceitos arquivísticos como requisito para o avanço da então designada em língua inglesa “*Archival Science*”, considerando haver problemas conceituais na área, que tornar-se-iam latentes face às novas demandas do século XXI.

Pouco tempo após a publicação do artigo de Terry Cook, em 2005, Maria Odila Fonseca apresentou alguns pontos fundamentais para o reconhecimento da Arquivologia<sup>1</sup> em seu estatuto científico. Ao abordar as origens e circunstâncias da Arquivologia Fonseca (2005: 29) afirmou que “o interesse por uma reflexão sistemática sobre o surgimento da arquivologia como uma área do conhecimento com limites e fronteiras próprios não tem sido prioritário entre os arquivistas”. Ao nosso parecer não se trata apenas de realizar uma reflexão, mas sim de uma tentativa de alertar a comunidade arquivística sobre a necessidade de uma inserção no processo de construção

---

<sup>1</sup> Em Portugal, o termo utilizado é Arquivística, entretanto, optou-se por manter o termo conforme é citado nas publicações brasileiras.

da Arquivologia, de um convite ao debate científico, articulado e aprofundado sobre os elementos que a configuram enquanto área do conhecimento.

Pouco mais de dez anos após a publicação de Fonseca (2005), muitas pesquisas têm surgido com o objetivo de preencher essa lacuna. Nelas, percebe-se que a reflexão caminha no sentido de uma adoção de diferentes abordagens sobre um mesmo objeto.

A obra intitulada construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia (SCHMIDT, 2015), de autoria de Clarissa Moreira Schmidt, mais do que responder a essa demanda e preencher parte da lacuna identificada por Fonseca (2005), convida a comunidade arquivística a uma ampla reflexão sobre os caminhos e configurações do campo arquivístico, desde a publicação do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, publicado por Muller, Freith e Fruin, em 1898, até os dias atuais. Além de apresentar convergências e divergências entre os diversos autores e autoras ao longo dessa trajetória, reconhece a pluralidade de percepções e explica as divergências contextuais, possibilitando ao leitor uma compreensão histórico-contextual mais ampla e densa sobre uma área cujo consenso, conforme dissemos, está longe de se atingir.

É nessa percepção de uma pluralidade arquivística latente que reside um dos maiores atrativos da obra. Resultado de uma pesquisa realizada no âmbito de um doutoramento em Ciência da Informação na Universidade de São Paulo, a autora explora as diferentes perspectivas sobre as relações e os contextos envolvidos na construção do objeto científico da Arquivologia, sendo estes os elementos fundamentais, segundo defende, para seu reconhecimento como uma área do conhecimento autônoma.

Já na introdução Schmidt apresenta ao leitor/a em uma abordagem histórica que nos expõe a construção teórica e os contornos da pesquisa desenvolvida.

O primeiro desafio que a autora abraça é o de trazer ao leitor uma revisão sobre o que entende por “saber” e “fazer”, duelo que permeia todo entendimento sobre o processo de construção da Arquivologia e que, naturalmente, perpassa a compreensão do que é o objeto de estudo dessa área. Para uma ciência social aplicada, tal distinção é fundamental e, via de regra, citada sem grandes aprofundamentos.

Debater “o saber e o fazer” requer da autora o talento para perpassar por questões inerentes a áreas que têm como base a atividade prática, conforme já haviam ressaltado Rousseau e Couture, para quem a Arquivística, reconhecida como disciplina científica, teve seu desenvolvimento atrelado às necessidades específicas de cada época e por um *know-how* “acumulado

ao longo dos anos” (COUTURE & ROUSSEAU, 1998). Por esta razão esses autores também afirmaram que “um *corpus* científico se constitui de diversas maneiras, mas sobretudo através da publicação de manuais da especialidade e da criação de atividades de formação” (p. 53).

É desta forma que Schmidt, assim como diversos autores e autoras do campo arquivístico, reconhece o nascimento da Arquivologia como ciência. A partir da publicação do *Handlciding vocr het ordenen en beschrijven van Archieven*, pela Associação dos Arquivistas Holandeses em 1898 e traduzido como Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos. Essa obra é considerada como o marco fundador da Arquivologia pois representa a construção teórica do conhecimento prático acumulado pelos arquivistas que a idealizaram.

Dando sequência às suas análises, Schmidt apresenta uma divisão em perspectiva temporal, ancorada nas ideias de Fourez<sup>2</sup> a partir de fases pelas quais as disciplinas científicas tendem a passar, ainda que não de forma linear: pré-paradigmática, paradigmática e pós-paradigmática. Divisão que por si já identifica um percurso científico. Schmidt identifica a fase pré-paradigmática como Arquivologia clássica, a fase paradigmática como Arquivologia Moderna e a pós-paradigmática como Arquivologia contemporânea.

Chegados a esse ponto é importante destacar que apesar de muitos autores utilizarem os termos Arquivologia clássica, moderna ou contemporânea, os cortes cronológicos que justificam essa divisão foram pouco explorados, ao menos na literatura de língua portuguesa. Tal divisão não é algo dado e cada autor pode, *a priori*, justificar o corte a partir de uma perspectiva de análise completamente distinta de outra.

É partindo da proposta de divisão apresentada por Fourez (1995)<sup>3</sup> que Schmidt defende a sua compreensão da Arquivologia como disciplina científica, ou ciência em construção. Reconhecendo, ainda, que a Arquivologia, como parte de uma ciência social aplicada seguiu o rastro de desenvolvimento de outras áreas similares.

Seguindo essa linha de raciocínio, a primeira parte está dedicada ao que denomina História dos Arquivos e que compreende o que a autora define como Arquivologia clássica – ou pré-paradigmática. Ainda que a autora reconheça as diversas análises possíveis sobre a história dos arquivos,

---

<sup>2</sup> A autora utiliza como referência para construir sua divisão temporal da Arquivologia a obra de Gérard Fourez, embora o próprio autor referencie as ideias sobre os paradigmas científicos a Thomas Khun (FOUREZ, 1995).

<sup>3</sup> Para Fourez “Uma disciplina científica é determinada por uma organização mental. É o que chamamos, em filosofia da ciência, de uma matriz disciplinar ou um paradigma, ou seja, um a estrutura mental, consciente ou não, que serve para classificar o mundo e poder abordá-lo” (1995: 103).

apresenta ao leitor diferentes perspectivas abordadas pelos autores dos mais clássicos aos mais recentes. Sem traçar uma trajetória exatamente linear dos acontecimentos que marcaram a história dos arquivos, mas na tentativa de tornar o texto mais elucidativo, aponta, a partir de cada autor, as divisões que cada um utilizou para abordar a temática e os pontos considerados essenciais para sua análise.

Ainda nesta seção a autora retoma os clássicos manuais que são considerados pedras fundamentais na construção da Arquivologia enquanto área do conhecimento. Começando pela publicação dos arquivistas holandeses, passando por Sir Hilary Jenkinson e seu *Manual of Archives Administration*, pela publicação italiana *Archivistica* de Eugenio Casanova e a alemã *Archivkunde*, de Adolf Brenneke. Esse percurso pelas publicações mais clássicas no campo dos arquivos destaca, para além da tradição manualística que sustentou a Arquivologia durante muitos anos, que a preocupação estava centrada em registrar e transmitir o como e não o “porque” daquelas práticas.

Seguindo pelo mesmo recorte histórico-temporal, na seção seguinte Schmidt analisa o que chama de Arquivologia Moderna – ou fase paradigmática da Arquivística – período que vai desde meados de 1940 até a década de 1980. Nesta fase o foco nos documentos históricos desloca-se para os documentos administrativos em razão da produção de documentos em larga escala, como consequência principalmente da II Guerra Mundial e da adoção de tecnologias na comunicação, que fizeram com que surgissem novos saberes para novos fazeres. Nesta seção a autora explora os autores de maior impacto nos modelos Arquivísticos vigentes além de apresentar contrapontos interessantes com o autor australiano que apresentou um modelo de gerenciamento de arquivos pouco explorado ao menos na literatura em língua portuguesa.

Na abordagem que faz desta fase tem destaque a obra do americano Theodore Schellenberg responsável pela difusão de um modelo para avaliação dos documentos de arquivo e pelo modelo americano dividido entre “*records*” e “*archives*”, além do autor Peter Scott difusor do sistema de séries australiano.

Na quarta seção, intitulada “Arquivologia contemporânea: custodial x pós-custodial”, a autora encerra o ciclo de análise da trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia refletindo sobre as novas abordagens surgidas como consequência de novas realidades sociais, políticas e tecnológicas na produção de documentos de arquivo. Após analisar diversos autores e abordagens contemporâneas sobre o saber e o fazer arquivísticos um ponto fundamental a destacar é que essa Arquivologia contemporânea delineada

pela autora é marcada pela revisitação aos seus constructos teórico-epistemológicos mais fundamentais, seja para os validar sob um ponto de vista “científico” e reafirmar, para os ressignificar ou, ainda, para os negar também sob a ótica da cientificidade acadêmica.

O elemento fundamental nesse novo contexto é a não aceitação pura e simples de qualquer construção teórica e sim o questionamento numa tentativa de compreensão do caminho percorrido até a sua consolidação. Nessa Arquivologia contemporânea as fronteiras entre o saber e o fazer são ainda mantidas e, talvez, reafirmadas. Não como duas faces de uma mesma moeda, mas com alguma sobreposição dada pelo argumento da cientificidade dos discursos.

Nestas reflexões contemporâneas Schmidt destaca algumas linhas teóricas surgidas no campo arquivístico, fundamentais para a percepção do enquadramento epistemológico dado à Arquivística nos diferentes países. Transitando entre estas abordagens, a autora aponta, por exemplo, a linha de interpretação pós-custodial da “Arquivística portuguesa”, na qual a área é inserida em um campo maior, a Ciência da Informação.

No quinto capítulo de seu livro, designado “Concepções e Contextualizações” a autora aponta as dificuldades em estabelecer o objeto científico da Arquivologia e apresenta as diferentes visões sobre o que seria então o objeto científico da área para diferentes de diferentes nacionalidades (entre os quais: canadenses, brasileiros, portugueses e espanhóis).

Após percorrer o trajeto construído a partir de autores de expressão internacional Schmidt chega ao último capítulo intitulado “O campo dos arquivos brasileiros” no qual procura refletir sobre a institucionalização da Arquivologia no Brasil. Dentre outros elementos bibliográficos, Schmidt parte do diálogo com professores de Arquivologia que estiveram presentes na I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia para tentar verificar qual a percepção destes pesquisadores com relação a Arquivologia e seu objeto.

Nesta reflexão a autora questiona, ainda, a atual definição da Arquivologia como subárea da Ciência da Informação pela Tabela de Áreas do Conhecimento do Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa no Brasil, fator que ao seu ver não encontra fundamento no contexto brasileiro dada a elevada e crescente produção científica da Arquivologia brasileira.

É interessante perceber como a vasta pesquisa pelos teóricos mais clássicos apresentada por Schmidt evidencia uma transformação latente no campo arquivístico. Se no período pré-paradigmático as “teorias, princípios e funções” foram formuladas estritamente por arquivistas que atuavam nos arquivos, há na fase contemporânea da Arquivologia um deslocamento dos

“teóricos” agora em grande parte presentes nas universidades dedicados a pensar as questões estritamente conceituais e possivelmente desligados do “fazer arquivístico”.

As análises de Schmidt reafirmam como a prática nos arquivos é fundamental à construção teórica. Ao que parece muitas lacunas podem ser causadas por consequência dessa dissociação do que se pode entender como as duas faces de uma mesma moeda: a teoria e a prática. Por todos esses elementos e aspectos inquietantes sobre a Arquivologia, a obra de Schmidt, dentre tantos avanços, tende a preencher mais alguns espaços na construção e compreensão da área enquanto campo científico. Um novo e incontornável clássico nas discussões sobre a Arquivística.

## Referências

- COOK, T. (2001) – Archival Science and Postmodernism: New Formulations for Old Concepts. *Archival Science*, 1, 3-24.
- COUTURE, C., & Rousseau, J. Y. (1998) – *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote.
- FONSECA, M. O. (2005) – *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV.
- FOUREZ, G. (1995) – *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. Editora UNESP.
- SCHMIDT, C. M. dos S. (2015) – *A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia*. São Paulo: Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo.